



TERMO DE REFERÊNCIA
AQUISIÇÃO VEÍCULO AUTOMOTOR TIPO PICK-UP

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO

1.1. Área solicitante: Secretaria Municipal de Defesa Social e Mobilidade Urbana

1.2. Modalidade: Abertura de licitação – Contrato

1.3. Processo: 18.759/2026

1.4. Objeto: A presente contratação tem por finalidade a aquisição de **01 (um) veículo automotor tipo pick-up, cabine dupla, zero quilômetro, devidamente caracterizado como viatura da Defesa Civil**, com fornecimento de equipamentos operacionais, identificação visual institucional e **emplacamento em nome do Município de Fazenda Rio Grande**, destinado à Secretaria Municipal de Defesa Social e Mobilidade Urbana.

2. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação tem por objeto a **aquisição de 01 (um) veículo automotor tipo pick-up, cabine dupla, zero quilômetro**, devidamente equipado e caracterizado para utilização nas atividades operacionais da **Defesa Civil do Município de Fazenda Rio Grande**, vinculada à Secretaria Municipal de Defesa Social e Mobilidade Urbana.

2.1.1. O objeto foi definido com base em especificações técnicas usuais de mercado, compatíveis com veículos automotores utilizados em atividades operacionais de Defesa Civil, de forma a assegurar ampla competitividade entre fornecedores, nos termos do art. 5º e do art. 11 da Lei nº 14.133/2021, vedadas exigências que restrinjam indevidamente a participação de licitantes.

2.2. A contratação observará as disposições da Lei nº 14.133/2021, especialmente no que se refere ao planejamento da contratação, à definição do objeto, à seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública e à adequada execução contratual.

2.3. A contratada será responsável pelo fornecimento do veículo novo, zero quilômetro, entendido como aquele que não tenha sido anteriormente registrado ou licenciado, conforme definição adotada pela legislação de trânsito e pelas normas administrativas aplicáveis.

2.4. Deverão estar incluídos no fornecimento:

- todos os custos de aquisição do veículo;
- instalação dos equipamentos e acessórios especificados;
- caracterização visual da viatura conforme padrão da Defesa Civil;



- transporte e entrega no local indicado pela Administração;
- **registro, emplacamento e primeiro licenciamento do veículo junto ao órgão de trânsito competente**, em nome do Município de Fazenda Rio Grande;
- pagamento de taxas, tributos, frete, seguro e quaisquer outras despesas necessárias à entrega do veículo em condições de uso.

2.4.1. A exigência de fornecimento do veículo já equipado e caracterizado decorre da necessidade de disponibilização imediata da viatura para uso operacional da Defesa Civil, evitando custos adicionais de adaptação posterior e garantindo a compatibilidade técnica entre os equipamentos instalados.

2.5. O veículo deverá ser entregue devidamente regularizado, licenciado e apto para circulação, acompanhado de toda a documentação exigida pela legislação de trânsito vigente.

2.6. A aquisição será realizada com **recursos provenientes de emenda legislativa da Câmara Municipal de Fazenda Rio Grande**, destinada pelo Vereador Gilmar Petry, com a finalidade de fortalecer a estrutura operacional da Defesa Civil Municipal.

2.7. NATUREZA DO OBJETO – BEM COMUM

2.7.1. Nos termos da Lei nº 14.133/2021, o objeto da presente contratação caracteriza-se como **bem comum**, uma vez que suas especificações podem ser objetivamente definidas por meio de padrões usuais de mercado.

2.7.2. A aquisição de veículo automotor com características técnicas padronizadas é amplamente comercializada no mercado, permitindo a definição clara das especificações necessárias para atendimento da demanda administrativa.

2.7.3. Dessa forma, o objeto pode ser adquirido mediante procedimento licitatório com **critério de julgamento pelo menor preço**, garantindo competitividade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

2.8. JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO

2.8.1. A presente aquisição justifica-se pela necessidade de dotar a Defesa Civil do Município de Fazenda Rio Grande de veículo operacional adequado para execução de suas atividades institucionais.

2.8.2. A contratação será realizada com **recursos provenientes de emenda legislativa da Câmara Municipal de Fazenda Rio Grande**, destinada pelo Vereador Gilmar Petry, com o objetivo de fortalecer a estrutura operacional da Secretaria Municipal de Defesa Social e Mobilidade Urbana.



2.8.3. A destinação do recurso possibilita a ampliação da capacidade de atendimento da Defesa Civil municipal, contribuindo para o aprimoramento das ações de proteção e assistência à população.

2.9. FORMALIZAÇÃO CONTRATUAL

2.9.1. A contratação decorrente do presente procedimento licitatório será formalizada mediante celebração de contrato administrativo, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.9.2. A formalização por instrumento contratual mostra-se necessária em razão das características específicas do objeto, que compreendem não apenas o fornecimento do veículo, mas também a execução de obrigações acessórias indispensáveis à plena entrega da solução, incluindo a caracterização como viatura oficial da Defesa Civil, instalação de equipamentos operacionais, aplicação de identificação visual institucional e realização do emplacamento em nome do Município de Fazenda Rio Grande.

2.9.3. O contrato estabelecerá as obrigações das partes, condições de entrega, prazos de execução, critérios de recebimento, forma de pagamento, responsabilidades, garantias, penalidades e demais disposições necessárias à adequada execução do objeto.

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A Defesa Civil do Município de Fazenda Rio Grande exerce atividades permanentes de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação diante de situações de risco, desastres naturais e emergências que possam afetar a segurança da população.

3.2. Entre as principais atribuições do órgão destacam-se:

- monitoramento de áreas de risco;
- atendimento a ocorrências emergenciais;
- apoio em situações de calamidade pública;
- transporte de equipamentos e materiais operacionais;
- realização de vistorias técnicas e ações preventivas.

3.3. Considerando a natureza dessas atividades, torna-se necessária a disponibilização de veículo com características operacionais adequadas, que permita o deslocamento das equipes em diferentes regiões do município, inclusive em locais de difícil acesso.

3.4. A aquisição de **veículo tipo pick-up** possibilita o transporte de equipamentos, materiais de apoio e equipes técnicas, contribuindo para maior agilidade nas ações de atendimento emergencial e fortalecimento da capacidade de resposta da Defesa Civil municipal.



4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

4.1. A solução adotada consiste na **aquisição de veículo automotor tipo pick-up cabine dupla**, devidamente equipado e caracterizado como viatura da Defesa Civil, destinado ao atendimento das demandas operacionais da Secretaria Municipal de Defesa Social e Mobilidade Urbana.

4.2. A escolha do veículo do tipo pick-up justifica-se por tratar-se de modelo amplamente utilizado em atividades operacionais e de campo, oferecendo maior versatilidade para deslocamento em diferentes tipos de terreno, bem como capacidade para transporte de equipamentos, materiais e equipes técnicas.

4.3. A solução contempla o fornecimento completo do veículo, incluindo:

- veículo novo, zero quilômetro;
- equipamentos e acessórios operacionais necessários;
- caracterização visual institucional da Defesa Civil;
- garantia do fabricante;
- registro, emplacamento e licenciamento inicial do veículo em nome do Município.

4.4. Considerando o **ciclo de vida do objeto**, a solução adotada apresenta as seguintes vantagens para a Administração Pública:

- maior durabilidade e confiabilidade do equipamento;
- redução de custos com manutenção corretiva nos primeiros anos de utilização;
- garantia de fábrica e assistência técnica autorizada;
- maior eficiência operacional nas atividades desempenhadas pela Defesa Civil.

4.5. A vida útil estimada para veículos dessa categoria na Administração Pública é de aproximadamente 5 a 10 anos, dependendo das condições de uso e da realização das manutenções preventivas recomendadas pelo fabricante.

4.6. Durante esse período, o veículo será utilizado nas atividades institucionais da Defesa Civil, incluindo deslocamento de equipes, transporte de equipamentos operacionais e atendimento a ocorrências emergenciais no território municipal.

4.7. Dessa forma, a aquisição do veículo configura-se como solução adequada, eficiente e economicamente vantajosa para atendimento das necessidades administrativas e operacionais da Secretaria Municipal de Defesa Social e Mobilidade Urbana.

4.8. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO VEÍCULO

4.8.1 O veículo deverá possuir, no mínimo, as seguintes características:

- Veículo tipo Pick-up cabine dupla



**MUNICÍPIO DE
FAZENDA RIO GRANDE**



- Zero quilômetro, entendido como aquele que não tenha sido anteriormente registrado ou licenciado
- Ano/modelo mínimo 2025 ou superior
- Motor bicomcombustível (flex)
- Potência mínima aproximada de 100 CV, ou superior
- Transmissão automática ou automatizada, conforme configuração original de fábrica
- Direção assistida, hidráulica ou elétrica
- Tração 4x2 ou superior, equipada com sistema de controle eletrônico de tração ou estabilidade
- 4 portas
- Capacidade mínima para 05 ocupantes e carga útil mínima de 600 kg ou superior, conforme especificação do fabricante.
- Ar-condicionado, vidros e travas elétricas nas quatro portas, alarme e chave com comando remoto
- Protetor de cárter e protetor de caçamba instalados
- Freios ABS e Air bag duplo
- Rodas aro mínimo de 14 polegadas, ou superior
- Tapetes de borracha
- Cor branca

4.8.2. As especificações técnicas dos equipamentos e acessórios têm caráter referencial e mínimo, podendo ser aceitas soluções tecnológicas equivalentes ou superiores, desde que comprovadamente compatíveis com a finalidade operacional da viatura, observados padrões de qualidade, durabilidade, segurança e desempenho equivalentes ou superiores aos descritos neste Termo de Referência.

4.8.3. Todas as especificações técnicas relativas a dimensões, potência, capacidade, frequência, padrões operacionais ou quaisquer outros parâmetros quantitativos constantes neste Termo de Referência devem ser interpretadas como referenciais mínimos de desempenho, admitindo-se variações razoáveis, desde que não comprometam a finalidade operacional do objeto.

4.9. ACESSÓRIOS E EQUIPAMENTOS OPERACIONAIS

4.9.1. O veículo deverá ser entregue equipado com os seguintes acessórios e dispositivos operacionais:

Caçamba

- **Ganchos de amarração:** Mínimo de **04 (quatro) ganchos internos** destinados à fixação e estabilização de cargas transportadas.

Avenida Venezuela, 247 - Nações – Fazenda Rio Grande – PR – CEP: 83.820.554
Fone: (41) 3608-7661



- **Protetor de caçamba:** Revestimento integral em polietileno de alta densidade (PEAD) resistente a impactos, abrasão e raios UV.
- **Lona marítima:** Sistema de cobertura da caçamba com estrutura metálica em aço tubular, incluindo grade de proteção para o vidro traseiro da cabine, destinado à proteção de cargas e equipamentos transportados.

Reboque

- **Engate tipo bola:** Engate tipo bola em aço cromado, instalado em pontos estruturais do veículo, devidamente homologado pelo INMETRO.
- **Instalação elétrica para reboque:** compatível com os padrões técnicos aplicáveis no Brasil, adequada à utilização de carretas e equipamentos auxiliares, conforme normas da ABNT ou equivalentes.

4.10. PROTEÇÃO E SINALIZAÇÃO FRONTAL

4.10.1. O veículo deverá possuir barra de proteção frontal (para-choque de impulsão), fabricada em material metálico de alta resistência, com dimensões e características compatíveis com o veículo e com a finalidade de proteção leve, sem comprometer os sistemas de segurança.

4.10.2. O acessório deverá possuir acabamento em pintura eletrostática na cor preta, com elevada resistência a impactos, abrasão e corrosão

4.10.3. A instalação deverá ser realizada exclusivamente nos pontos de fixação previstos pelo fabricante do veículo, de forma a não interferir no funcionamento dos sensores e sistemas de segurança, especialmente o sistema de acionamento de airbags.

4.10.4. O equipamento deverá atender integralmente às disposições da **Resolução CONTRAN nº 935/2022**, não podendo:

- obstruir a visibilidade da placa de identificação do veículo;
- interferir no funcionamento dos sistemas de iluminação originais;
- comprometer os sistemas de segurança ativa e passiva do veículo.

4.11. SINALIZAÇÃO ACÚSTICA E LUMINOSA

4.11.1. O veículo deverá possuir sistema de sinalização de emergência composto por dispositivos luminosos e acústicos destinados à identificação e operação em atendimentos de emergência realizados pela Defesa Civil.

4.11.2. O sistema deverá ser composto, no mínimo, pelos seguintes equipamentos:

- **Sinalizador Visual (Barra Sinalizadora):** Barra sinalizadora instalada no teto do veículo, com perfil aerodinâmico e estrutura de alta resistência, equipada com módulos de iluminação em tecnologia LED de alta intensidade, garantindo visibilidade em 360°, sem pontos cegos relevantes.



MUNICÍPIO DE
FAZENDA RIO GRANDE



- O equipamento deverá possuir dimensões compatíveis com o porte do veículo e com a finalidade operacional, assegurando adequada visibilidade e segurança durante o uso.
- Os módulos luminosos deverão apresentar intensidade luminosa compatível com aplicações de emergência, podendo variar conforme tecnologia do fabricante, desde que garantida eficiência equivalente ou superior.
- O sistema deverá possuir: diferentes padrões de lampejo; controle de intensidade luminosa para uso diurno e noturno; função de gerenciamento de iluminação traseira; iluminação auxiliar lateral, quando aplicável.
- O consumo elétrico deverá ser compatível com o sistema elétrico automotivo do veículo.
- **Sinalizador Acústico (Sirene Eletrônica):** O sistema acústico deverá possuir sirene eletrônica automotiva destinada à emissão de sinais sonoros de emergência, com potência e alcance sonoro compatíveis com aplicações operacionais de Defesa Civil.
- O equipamento deverá possuir, no mínimo:
 - múltiplos tipos de sinais sonoros de emergência;
 - controle eletrônico digital;
 - eficiência sonora adequada para utilização em áreas urbanas e operacionais;
 - O conjunto deverá garantir audibilidade eficaz, compatível com padrões de mercado para veículos de emergência.
 - O alto-falante deverá ser instalado em local protegido no compartimento do motor ou em local técnico apropriado, garantindo eficiência sonora e durabilidade do equipamento.
- **Sistema de Megafone:** O sistema de sinalização deverá possuir função de megafone (Public Address – PA) para comunicação externa, com potência mínima aproximada entre 50W e 100W RMS, acionado por microfone instalado na cabine do veículo.
- **Painel de Controle:** O sistema deverá possuir módulo de controle instalado no interior da cabine, em local de fácil acesso ao condutor, permitindo:
 - acionamento independente da sinalização visual e acústica;
 - seleção de diferentes modos de operação;
 - acionamento direto ou sequencial dos sons da sirene;
 - desligamento geral do sistema por comando único.



4.11.3. Os equipamentos instalados não poderão gerar interferências eletromagnéticas que prejudiquem o funcionamento de sistemas eletrônicos do veículo, rádios comunicadores ou outros dispositivos eletrônicos utilizados nas operações da Defesa Civil.

4.11.4. O sistema de sinalização deverá possuir resistência a vibração, umidade, poeira e intempéries, podendo ser exigida comprovação de atendimento a normas técnicas reconhecidas internacionalmente, tais como padrões equivalentes às normas SAE J575 e SAE J595, ou outras normas técnicas aplicáveis.

4.12. SISTEMA DE COMUNICAÇÃO VEICULAR

4.12.1. O veículo deverá ser equipado com rádio comunicador móvel digital, compatível com os sistemas de comunicação utilizados pela Guarda Municipal e pela Defesa Civil do Município.

4.12.2. O equipamento deverá possuir, no mínimo, as seguintes características:

- operação em modo digital compatível com protocolo DMR ou tecnologia equivalente;
- operação na faixa aproximada de frequência compatível com a rede utilizada pela Administração;
- capacidade de canais e funcionalidades compatíveis com a necessidade operacional;
- suporte à comunicação de voz e, quando aplicável, dados;
- recursos de redução de ruído e clareza de áudio;
- possibilidade de implementação de recursos de segurança, como criptografia, quando aplicável.

4.12.3. O equipamento deverá ser instalado de forma integrada ao sistema elétrico do veículo, garantindo adequado funcionamento e qualidade de comunicação.

4.12.4. As especificações técnicas apresentadas constituem **requisitos mínimos de desempenho e qualidade**, sendo admitidas soluções tecnológicas equivalentes ou superiores, desde que comprovadamente compatíveis com as finalidades operacionais da viatura e devidamente justificadas pela licitante.

4.13. CARACTERIZAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO VISUAL

4.13.1. O veículo deverá ser entregue devidamente caracterizado como viatura da Defesa Civil, conforme padrão institucional adotado pelo Município de Fazenda Rio Grande.

4.13.2. A plotagem (adesivagem) deverá ser executada em vinil refletivo de alta durabilidade, com vida útil mínima estimada de 07 (sete) anos, resistente a intempéries, raios solares e lavagens frequentes, contendo:

- Identificação **DEFESA CIVIL**;
- Identificação **FAZENDA RIO GRANDE – PR**;



MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE



- **Brasão do município** em alta resolução;
- Grafismos e cores padronizadas conforme manual de identidade visual.

4.13.3. A caracterização deverá seguir rigorosamente o modelo visual aprovado pela Administração, conforme imagem de referência constante no processo administrativo.



4.14. DOCUMENTAÇÃO E EMPLACAMENTO

4.14.1. O veículo deverá ser entregue **pronto para circulação**, observando as seguintes condições:

- **Emplacamento:** Devidamente emplacado no município de Fazenda Rio Grande - PR, já com as placas no padrão Mercosul e categoria correspondente (Oficial).
- **Registro e Licenciamento:** Registrado junto ao DETRAN/PR e licenciado exclusivamente em nome do **Município de Fazenda Rio Grande - PR**, com o Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV-e) emitido.

4.14.2. A contratada será integralmente responsável por:

- Todos os **custos e taxas** relativos ao primeiro registro e emplacamento.
- Pagamento de **taxas de licenciamento** relativos ao exercício da entrega.
- Eventuais custas de **vistorias ou vênias** necessárias para o registro de veículo oficial.
- Entrega de toda a **documentação física e digital** completa, incluindo manuais do proprietário e termo de garantia em português.



5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. CONDIÇÕES GERAIS DO FORNECIMENTO

5.1.1. A empresa contratada deverá fornecer 01 (um) veículo automotor tipo pick-up cabine dupla, zero quilômetro, ano/modelo mínimo 2025/2026, em perfeitas condições de uso e funcionamento, livre de quaisquer ônus ou restrições administrativas ou judiciais.

5.1.2. O veículo deverá atender integralmente às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, incluindo o fornecimento e instalação de todos os equipamentos operacionais, acessórios e sistemas de sinalização previstos.

5.1.3. A contratada será responsável pela instalação da caracterização visual institucional da Defesa Civil do Município de Fazenda Rio Grande, conforme padrão definido pela Administração Municipal e imagem de referência constante no processo administrativo.

5.1.4. O veículo deverá ser entregue devidamente registrado, licenciado e emplacado em nome do Município de Fazenda Rio Grande, em conformidade com as disposições do Código de Trânsito Brasileiro e demais normas aplicáveis.

5.1.5. Todos os custos relacionados ao frete, transporte, seguro, taxas administrativas, tributos, emplacamento, licenciamento inicial e demais encargos necessários à entrega do veículo serão de inteira responsabilidade da empresa contratada.

5.2. GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

5.2.1. O veículo deverá possuir garantia mínima de fábrica de 12 (doze) meses ou a oferecida pelo fabricante, prevalecendo a maior, sem limite de quilometragem, contados a partir da data de recebimento definitivo pela Administração.

5.2.2. A garantia deverá abranger defeitos de fabricação, montagem ou funcionamento, incluindo sistemas mecânicos, elétricos, eletrônicos e estruturais, bem como fornecimento de peças e mão de obra.

5.2.3. A garantia exigida corresponde à garantia mínima usual praticada pelos fabricantes no mercado nacional para veículos automotores e seus equipamentos acessórios, não configurando exigência restritiva de competitividade.

5.2.4. A contratada deverá assegurar a existência de rede de assistência técnica autorizada do fabricante em território nacional, preferencialmente na região metropolitana de Curitiba ou em local que possibilite adequado atendimento ao Município de Fazenda Rio Grande.

5.2.5. Deverá estar incluída no fornecimento a primeira revisão obrigatória de fábrica, conforme manual do fabricante, abrangendo peças, serviços e mão de obra.



5.3. FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

5.3.1 O fornecedor será selecionado mediante **procedimento licitatório na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA**, adotando-se como critério de julgamento o **MENOR PREÇO GLOBAL**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de **bem comum**, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

5.3.2. O objeto caracteriza-se como bem comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por especificações usuais de mercado, razão pela qual se adota a modalidade Pregão, em sua forma eletrônica.

5.4. HABILITAÇÃO

5.4.1 A documentação exigida para fins de habilitação observará o disposto na Instrução Normativa nº 002/2024 do Município de Fazenda Rio Grande, bem como as exigências previstas na Lei nº 14.133/2021 e no edital do certame, limitando-se às estritamente necessárias para comprovação da habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação técnica e qualificação econômico-financeira do licitante.

5.4.2. Para fins de qualificação técnica, será exigida comprovação de que o licitante exerce atividade compatível com o objeto da contratação, mediante apresentação de comprovante de inscrição e situação cadastral pertinente ao ramo de comercialização de veículos automotores.

5.4.3. Considerando a natureza comum do objeto e a baixa complexidade da contratação, não será exigida comprovação de capacidade técnico-operacional específica, atestados de desempenho anterior ou registro em entidade profissional.

5.4.4. Quanto à qualificação econômico-financeira, será exigida apenas a apresentação de certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, nos termos da legislação aplicável.

5.4.4.1. A exigência prevista no item anterior possui a finalidade de verificar a aptidão econômico-financeira mínima da licitante para cumprimento das obrigações contratuais, resguardando a Administração Pública quanto ao risco de inadimplemento durante a execução do objeto.

5.4.4.2. Considerando a natureza comum do objeto e a ampla participação de empresas do ramo de comercialização de veículos automotores, entendeu-se suficiente e proporcional a exigência apenas da certidão prevista no item 5.4.4, afastando-se requisitos excessivos que possam restringir a competitividade do certame, nos termos da Lei nº 14.133/2021.



5.5. SUBCONTRATAÇÃO

5.5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto principal da contratação, consistente no fornecimento do veículo automotor.

5.5.2. Será admitida a subcontratação parcial para execução de serviços acessórios ou complementares, tais como instalação de equipamentos, caracterização visual, adaptações técnicas e outros serviços correlatos, desde que:

I – não comprometam a qualidade, a padronização e o desempenho do objeto contratado;

II – sejam executados por empresas ou profissionais tecnicamente qualificados;

III – não impliquem transferência de responsabilidade da contratada.

5.5.3. A contratada permanecerá integralmente responsável pela execução do objeto, inclusive quanto às parcelas eventualmente subcontratadas, respondendo diretamente perante a Administração por sua qualidade, conformidade e desempenho.

5.6. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

5.6.1. Não será permitida a participação de empresas reunidas em **consórcio**, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

5.6.2. A vedação à participação de empresas reunidas em consórcio fundamenta-se nas características do objeto da presente contratação, que possui natureza padronizada, baixa complexidade técnica e ampla disponibilidade no mercado.

5.6.3. Trata-se de aquisição de bem comum, cujo fornecimento não demanda a conjugação de capacidades técnicas, operacionais ou econômico-financeiras de múltiplas empresas, sendo plenamente possível sua execução por fornecedor individual devidamente qualificado.

5.6.4. Ademais, verifica-se a existência de ampla oferta de fornecedores no mercado aptos a atender integralmente às exigências do objeto, o que afasta a necessidade de formação de consórcio para garantia da competitividade do certame.

5.7. ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

5.7.1 O Estudo Técnico Preliminar – ETP constitui documento preparatório deste Termo de Referência.

5.7.2. Na hipótese de eventual divergência entre o Estudo Técnico Preliminar e este Termo de Referência, prevalecerão as disposições constantes neste documento, por refletirem as condições finais da contratação.

5.8. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

5.8.1. As propostas apresentadas pelos licitantes serão analisadas quanto à sua conformidade com as especificações técnicas e requisitos estabelecidos neste Termo de Referência e no edital.



5.8.2. Será considerada vencedora a proposta que, atendendo integralmente às exigências do edital e deste Termo de Referência, apresentar o menor preço global.

5.8.3. Serão desclassificadas as propostas que:

- I – não atenderem às especificações técnicas mínimas exigidas neste Termo de Referência;
- II – apresentarem preços inexequíveis, nos termos da legislação vigente;
- III – apresentarem preços manifestamente superiores ao valor estimado da contratação, sem justificativa aceitável;
- IV – contiverem vícios, inconsistências ou omissões que comprometam a sua compreensão ou julgamento;
- V – não comprovarem, quando exigido, a equivalência técnica dos produtos ofertados em relação às especificações previstas.

5.8.4. A Administração poderá realizar diligências para esclarecer dúvidas quanto à proposta apresentada, inclusive quanto à comprovação de características técnicas, desempenho e qualidade do objeto ofertado, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

5.8.5. Para fins de análise da aceitabilidade, poderão ser exigidos catálogos, fichas técnicas, manuais ou outros documentos que comprovem o atendimento às especificações do objeto.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. PRAZO DE ENTREGA

6.1.1. O prazo máximo para entrega do veículo devidamente equipado, caracterizado e emplacado, considerando disponibilidade em pronta entrega ou rede autorizada será de **até 60 (sessenta) dias corridos**, contados a partir da emissão da **Autorização de Fornecimento**.

6.1.2. O prazo de entrega foi definido considerando o tempo médio necessário para aquisição do veículo, instalação dos equipamentos e procedimentos de registro e emplacamento junto ao órgão de trânsito competente.

6.1.3. O prazo poderá ser prorrogado, em caráter excepcional, mediante **solicitação formal devidamente justificada pela contratada** e desde que aceita pela Administração.

6.2. DOCUMENTAÇÃO E ITENS OBRIGATÓRIOS NA ENTREGA

6.2.1. No ato da entrega, o veículo deverá ser acompanhado, no mínimo, da seguinte documentação:

- I – Manual do proprietário;
- II – Chave reserva;
- III – Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo – CRLV-e em nome do Município de Fazenda Rio Grande;
- IV – Nota fiscal de venda;



V – Documento comprobatório da garantia de fábrica.

6.3. RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

6.3.1. O objeto será recebido **provisoriamente no ato da entrega**, para verificação preliminar das condições gerais do veículo e da conformidade aparente com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

6.3.2. O **recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 10 (dez) dias úteis**, contados da lavratura do recebimento provisório, após vistoria técnica realizada pela Administração Municipal, que verificará o atendimento integral às especificações técnicas, adaptações, equipamentos instalados e caracterização visual previstos neste Termo de Referência. Constatadas irregularidades ou desconformidades, o contratado será notificado para promover as correções necessárias, às suas expensas, reiniciando-se o prazo para recebimento definitivo após a regularização.

6.3.3. O recebimento provisório e definitivo observará os procedimentos previstos no art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

6.3.4. A recusa do objeto pela Administração não eximirá a contratada da responsabilidade pela substituição, adequação ou reparação das inconsistências verificadas, sem ônus adicional para o Município. no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da notificação da contratada, salvo justificativa aceita pela Administração.

6.4. LOCAL DE ENTREGA

6.4.1. O veículo deverá ser entregue na **Base da Guarda Municipal de Fazenda Rio Grande**, situada na **Avenida Venezuela, nº 247 – Bairro Nações – Fazenda Rio Grande/PR**, ou em outro local previamente indicado pela Administração Municipal.

6.5. HORÁRIO E AGENDAMENTO DA ENTREGA

6.5.1. A entrega deverá ocorrer **de segunda a sexta-feira**, no horário **das 08h às 12h e das 13h às 17h**, mediante **agendamento prévio com o setor responsável da Secretaria Municipal de Defesa Social e Mobilidade Urbana**.

6.6 RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA NA ENTREGA

6.6.1. Correrão por conta da contratada todas as despesas decorrentes da entrega do veículo, incluindo embalagens, transporte, seguro, tributos, taxas, encargos trabalhistas, previdenciários e quaisquer outros custos necessários ao fornecimento e entrega definitiva do objeto.



7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. FORMA DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1.1. A gestão da contratação será realizada por servidor designado pela Administração Municipal, responsável pelo acompanhamento administrativo do contrato ou instrumento equivalente, incluindo controle de prazos, verificação do cumprimento das obrigações contratuais e adoção das providências necessárias ao regular andamento da execução.

7.1.2. A fiscalização será exercida por servidor designado especificamente para acompanhar a entrega do objeto, verificar sua conformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência e registrar eventuais ocorrências durante a execução contratual.

7.2. FISCALIZAÇÃO

7.2.1. A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por representantes da Administração especialmente designados, nos termos do **art. 117 da Lei nº 14.133/2021**, cabendo aos responsáveis verificar o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, a conformidade do objeto entregue e a observância das especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

7.2.2. A equipe responsável pela gestão e fiscalização da contratação e dos instrumentos dela decorrentes (contrato administrativo, nota de empenho ou ordem de fornecimento) será composta pelos seguintes servidores:

- **Gestor de Contrato:** Mateus Socol Machado, matrícula nº 363.371865 (Portaria nº 006/2025 – SMDSMU, publicada no Diário Oficial Eletrônico nº 017/2025, de 18 de janeiro de 2025);
- **Fiscal:** Rogério Farias Soares, matrícula nº 351.673 (Portaria nº 008/2026 – SMDSMU, publicada no Diário Oficial Eletrônico nº 063, de 10 de abril de 2026);
- **Fiscal Suplente:** Guilherme Zamprônio Bariviera, matrícula nº 351.695 (Portaria nº 008/2026 – SMDSMU, publicada no Diário Oficial Eletrônico nº 063, de 10 de abril de 2026).

7.2.3. Compete ao gestor e aos fiscais designados acompanhar a execução da contratação, registrar eventuais ocorrências, adotar as providências necessárias para correção de falhas ou irregularidades e atestar o recebimento do objeto, observadas as atribuições previstas na legislação vigente e nos atos normativos internos da Administração Municipal.

7.3. RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

7.3.1. A empresa contratada será responsável direta e exclusivamente pela execução do objeto quando formalmente demandada pela Administração, respondendo civil, administrativa, penal e ambientalmente por todos os danos e prejuízos que, direta ou indiretamente, venha a causar ao Município de Fazenda Rio Grande ou a terceiros, decorrentes da execução da contratação, ficando sujeita às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.



7.4. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

7.4.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.4.1.1. Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução do objeto por meio de gestor e fiscais devidamente designados.

7.4.1.2. Proporcionar as condições necessárias para que a CONTRATADA possa cumprir as obrigações assumidas.

7.4.1.3. Informar previamente o local de entrega do objeto, conforme estabelecido neste Termo de Referência ou na Autorização de Fornecimento.

7.4.1.4. Receber o objeto fornecido, observadas as condições de recebimento provisório e definitivo, emitindo o respectivo atesto na Nota Fiscal.

7.4.1.5. Verificar as condições de integridade, funcionamento e conformidade técnica do veículo e dos equipamentos fornecidos.

7.4.1.6. Comunicar formalmente à CONTRATADA quaisquer imperfeições, falhas ou desconformidades constatadas, solicitando as devidas correções ou substituições.

7.4.1.7. Proceder ao pagamento devido, exclusivamente em relação ao objeto efetivamente entregue e devidamente atestado.

7.4.1.8. Reservar-se o direito de não receber o objeto em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência ou na proposta da contratada, podendo aplicar as penalidades cabíveis ou rescindir o contrato, nos termos dos arts. 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021.

7.4.1.9. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratado, bem como por danos causados a terceiros decorrentes de atos da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7.5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.5.1. Executar o objeto conforme especificações constantes neste Termo de Referência, no instrumento contratual e na proposta apresentada.

7.5.2. Fornecer o veículo, equipamentos, acessórios e serviços de adaptação e caracterização em perfeitas condições de uso e funcionamento, no prazo e local indicados pela Administração, acompanhado da respectiva Nota Fiscal.

7.5.3. Responsabilizar-se integralmente pela qualidade, segurança, funcionalidade e desempenho do veículo e dos equipamentos fornecidos, nos termos da legislação vigente.

7.5.4. Arcar com todas as despesas decorrentes da execução do objeto, incluindo materiais, equipamentos, mão de obra, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, tributários, comerciais, securitários ou quaisquer outros, diretos ou indiretos.



7.5.5. Considerar incluídos no preço ofertado todos os tributos, contribuições, custos administrativos, lucros, transporte, fretes, seguros, emplacamento, licenciamento e quaisquer despesas necessárias ao pleno fornecimento do objeto.

7.5.6. Indenizar a Administração e terceiros por prejuízos ou danos decorrentes de dolo ou culpa na execução do objeto, nos termos do art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

7.5.7. Garantir a substituição do veículo ou de componentes que apresentarem defeitos de fabricação, vícios ou desconformidade com as especificações técnicas.

7.5.8. Assumir integralmente as despesas com transporte, fretes e demais custos relacionados à entrega do objeto.

7.5.9. Adotar, imediatamente após o recebimento da Autorização de Fornecimento ou assinatura do contrato, as providências necessárias ao fornecimento do objeto.

7.5.10. Manter, durante toda a execução da contratação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório.

7.5.11. Responder pela qualidade, segurança e conformidade técnica do veículo fornecido, observadas as normas aplicáveis.

7.5.12. Comunicar formalmente à Administração, com antecedência mínima de 07 (sete) dias úteis, eventual impossibilidade de cumprimento do prazo de entrega, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior.

7.5.13. Sanar irregularidades constatadas após a entrega no prazo máximo de 07 (sete) dias corridos, contados da notificação da Administração.

7.5.14. Cumprir integralmente as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis.

7.5.15. Não subcontratar o objeto, total ou parcialmente, salvo se expressamente autorizado pela Administração.

7.5.16. Prestar a garantia mínima do veículo, bem como assegurar a manutenção e assistência técnica conforme exigido neste Termo de Referência.

7.5.17. Informar à Administração qualquer alteração de endereço, telefone, e-mail ou dados cadastrais durante a execução contratual.

7.5.18. Manter sigilo sobre informações, dados e comunicações relacionadas à execução do objeto, não os divulgando a terceiros sem autorização expressa da Administração.

7.6. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.6.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada sujeitará a mesma às sanções previstas nos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021, garantido o contraditório e a ampla defesa.



7.6.2. Poderão ser aplicadas à contratada, sem prejuízo da responsabilidade civil e penal, as seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa administrativa, nos termos estabelecidos no edital e no instrumento contratual;

III – impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

7.6.3. A aplicação das sanções observará a natureza e a gravidade da infração, os danos causados à Administração, a reincidência e as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

7.6.4. A multa poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com outras sanções, conforme previsto no edital e no contrato.

7.6.5. O atraso injustificado na execução do objeto, a inexecução total ou parcial, bem como o fornecimento em desacordo com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, poderá ensejar a aplicação das sanções previstas na legislação vigente.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado exclusivamente em relação ao objeto efetivamente fornecido e devidamente recebido pela Administração, mediante apresentação da Nota Fiscal correspondente, no prazo de até **30 (trinta) dias**, contados do recebimento da Nota Fiscal devidamente atestada pelo fiscal do contrato e pela autoridade competente da Secretaria Municipal de Defesa Social e Mobilidade Urbana.

8.2. O pagamento ficará condicionado ao recebimento definitivo do objeto e à verificação da conformidade do veículo entregue com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

8.3. A CONTRATADA deverá apresentar, obrigatoriamente, juntamente com a Nota Fiscal relativa ao fornecimento realizado, os seguintes documentos válidos:

8.3.1. Nota Fiscal contendo a descrição detalhada do objeto fornecido, valores unitários e totais, bem como o número da Autorização de Fornecimento e/ou da Nota de Empenho correspondente;

8.3.2. Prova de Regularidade Fiscal perante a Fazenda Nacional, abrangendo Tributos Federais e Dívida Ativa da União, expedida pela Receita Federal do Brasil;

8.3.3. Prova de Regularidade perante a Fazenda Pública Estadual do domicílio ou sede da empresa;

8.3.4. Prova de Regularidade perante a Fazenda Pública Municipal do domicílio ou sede da empresa;



8.3.5. Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

8.3.6. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

8.4. Constatados erros, omissões ou inconsistências na Nota Fiscal ou na documentação apresentada, esta será devolvida à CONTRATADA para correção, ficando o prazo para pagamento automaticamente suspenso, reiniciando-se sua contagem a partir da reapresentação regular do documento.

8.5. O pagamento observará as disposições do art. 141 da Lei nº 14.133/2021, sendo realizado após a verificação do adimplemento das obrigações contratuais e o atesto da fiscalização.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em pesquisa de preços realizada pela Administração, observando-se os parâmetros estabelecidos na legislação vigente e nas normas que disciplinam a formação do preço de referência em contratações públicas.

9.2. Para a formação do valor estimado foram considerados, sempre que possível, os seguintes parâmetros:

9.2.1. preços obtidos em contratações similares realizadas pela Administração Pública;

9.2.2. pesquisa direta com fornecedores do ramo pertinente ao objeto da contratação;

9.2.3. valores constantes em bases oficiais de preços e bancos de dados públicos;

9.2.4. consultas em sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo.

9.3. A pesquisa de preços foi formalizada em mapa comparativo de preços, devidamente juntado aos autos do processo administrativo correspondente. Os valores coletados foram utilizados para análise da compatibilidade mercadológica da contratação, servindo como parâmetro de planejamento, vantajosidade e avaliação da exequibilidade das propostas apresentadas no certame.

9.4. O valor adotado como referência estimativa para a presente contratação corresponde ao menor preço válido obtido na pesquisa de mercado, no montante de R\$ 135.399,32 (cento e trinta e cinco mil trezentos e noventa e nove reais e trinta e dois centavos), por se mostrar compatível, exequível e economicamente vantajoso para a Administração. A média dos valores pesquisados foi utilizada como parâmetro complementar de análise da variação de mercado.

9.5. Os preços obtidos foram analisados quanto à compatibilidade com os praticados no mercado, observando-se as especificações técnicas do veículo, as condições de fornecimento, garantia, prazo de entrega, equipamentos operacionais, caracterização visual e demais requisitos previstos neste Termo de Referência. Não foram identificados indícios de inexequibilidade no menor preço obtido, razão pela qual sua adoção como referência



MUNICÍPIO DE
FAZENDA RIO GRANDE



administrativa mostra-se adequada ao interesse público e aos princípios da economicidade e eficiência.

9.6. Com base nas cotações válidas recebidas e após análise técnica dos valores coletados, adotou-se como referência estimativa da contratação o menor preço válido obtido na pesquisa de mercado, considerando o quantitativo previsto de **01 (uma) unidade**, conforme demonstrado na tabela de composição de preços constante do processo administrativo.

Item	Descrição Resumida	Valesul CNPJ: 05.035.532/00 04-20	Florença CNPJ: 77.968.980/00 01-45	GM CNPJ: 59.275.792/00 01-50	Edital nº PE 318/2025 – Mun. Itatiaiuçu	Edital nº PCE 64/2025 – Mun. Marechal Cândido Rondon
01	VEÍCULO ZERO QUILOMETRO - TIPO PICK-UP - CABINE DUPLA, CARACTERIZADA conforme especificações do TR.	R\$ 135.399,32	R\$ 183.900,00	R\$ 225.459,20	R\$ 165.899, 22	R\$ 143.356,86
Melhor Preço		R\$ 135.399,32				

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta de recursos provenientes de **Emenda Impositiva de autoria do Vereador Gilmar Petry**, devidamente prevista no orçamento vigente do Município, bem como por conta de **dotação orçamentária própria** consignada no Orçamento Geral do Município de Fazenda Rio Grande de 2026, destinada à Secretaria Municipal de Defesa Social e Mobilidade Urbana.

10.2. A classificação orçamentária específica e os respectivos elementos de despesa constam do processo administrativo correspondente, observadas as normas de execução orçamentária e financeira aplicáveis.

10.3. A execução da despesa observará a existência de **reserva orçamentária previamente formalizada**, compatível com o valor estimado adotado para a contratação, bem como os procedimentos de empenho, liquidação e pagamento previstos na legislação financeira e orçamentária vigente.

Cód.	Órgão	Unid.	Função	Subfunção	Programa	Ação	Elemento
708	21	001	14	422	0044	2.243	4.4.90.52.00
Fonte		00012.00000.01.07.00.00.1.500.0000			Valor		R\$ 130.000,00



**MUNICÍPIO DE
FAZENDA RIO GRANDE**



Cód.	Órgão	Unid.	Função	Subfunção	Programa	Ação	Elemento
703	21	001	14	422	0044	2.104	4.4.90.52.00
Fonte		00510.00510.01.07.00.00.1.753.0000			Valor		R\$ 5.399,32

Fazenda Rio Grande, 11 de março de 2026.

Elaborado por: Rozinete Sarote - Técnica em Controle Administrativo - Matrícula nº 349.295

Revisado por: Mateus Socol Machado - Diretor Geral - Matrícula nº 363.371; **Guilherme Zamprônio Bariviera**, Coordenador da Defesa Civil - Matrícula nº 351.695

Aprovado por: Alexandre Tramontina Gravena - Secretário Municipal de Defesa Social - Decreto nº 8.104/2026

Assinantes



ROZINETE MARIA SAROTE

Assinou em 27/05/2026 às 11:39:18 com o certificado avançado da Betha Sistemas.

Eu, ROZINETE MARIA SAROTE, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.



guilherme zampronio bariviera

Assinou em 27/05/2026 às 15:08:46 com o certificado avançado da Betha Sistemas.

Eu, guilherme zampronio bariviera, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.



Mateus Socol Machado

Assinou em 27/05/2026 às 15:23:23 com o certificado avançado da Betha Sistemas.

Eu, Mateus Socol Machado, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.



Alexandre Tramontina Gravena

Assinou em 27/05/2026 às 15:23:42 com o certificado avançado da Betha Sistemas.

Eu, Alexandre Tramontina Gravena, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

Veracidade do documento



Documento assinado digitalmente.

Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse o site **verificador.betha.cloud** e insira o código abaixo:

7N6-PG0-983-96W